



AGROECOLOGIA COMO INSTRUMENTO DA EMANCIPAÇÃO CAMPONESA

Edgar Aparecido da Costa¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0043-2642>

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, Brasil¹

Artigo recebido em 29/10/2023 e aceito em 14/12/2023

RESUMO

A agroecologia é praticada a partir da valorização da harmonia dos sistemas agrícolas com as dinâmicas da natureza. A não utilização de agrotóxicos resulta num ambiente produtivo sustentável para os agricultores, pois diminui os custos da produção e os impactos ambientais, além de ofertar alimentos saudáveis para os consumidores. Contudo, a agroecologia contribui muito mais do que, simplesmente, vantagens econômicas para quem faz uso de seus princípios balizadores. Ela verdadeiramente empodera a família e os grupos ligados à sua filosofia e práxis. O objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões no sentido de demonstrar que a agroecologia é um importante instrumento de emancipação para as famílias camponesas. Utilizou-se da abordagem qualitativa de caráter etnográfica, movida pela convivência de mais de dez anos com as famílias camponesas do Grupo Bem-Estar, de Ladário-MS, na fronteira Brasil-Bolívia, bem como da trajetória de vida camponesa do pesquisador. Os resultados demonstraram a satisfação territorial das famílias camponesas praticantes da produção em bases agroecológicas. A agroecologia se mostrou um instrumento da emancipação camponesa ao promover a sustentabilidade superforte das famílias que participaram desta pesquisa e como resultado, seu empoderamento.

Palavras-chave: agricultura camponesa; agroecologia; desenvolvimento; satisfação territorial.

AGROECOLOGY AS AN INSTRUMENT OF PEASANT EMANCIPATION

ABSTRACT

Agroecology is practiced based on the appreciation of the harmony between agricultural systems and the dynamics of nature. The non-use of pesticides results in a sustainable productive environment for farmers, as it reduces production costs and environmental impacts in addition to offering healthy food to consumers. However, agroecology contributes much more than simply providing economic advantages for those who

¹Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Presidente Prudente, SP. Professor titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e-mail: edgarac10@gmail.com

make use of its guiding principles. It truly empowers the family and groups linked to its philosophy and practices. The objective of this article is to present some reflections in order to demonstrate how agroecology is an important instrument of emancipation for peasant families. We've used a qualitative approach of an ethnographic nature, motivated by more than 10 years of interaction with the peasant families of the Bem-Estar Group, from Ladário/MS, on the Brazil-Bolivia border, as well as the researcher's peasant life trajectory. The results demonstrated the territorial satisfaction of the peasant families that practice agroecological production. Agroecology proved to be an instrument of peasant emancipation by promoting high sustainability of the families that participated in this research and, as a result, their empowerment.

Keywords: peasant agriculture; agroecology; development; territorial satisfaction.

LA AGROECOLOGÍA COMO HERRAMIENTA DE EMANCIPACIÓN CAMPESSINA

RESUMEN

La agroecología se practica a partir de la valoración de la armonía de los sistemas agrícolas con la dinámica de la naturaleza. El no uso de pesticidas resulta en un ambiente productivo sostenible para los agricultores, pues reduce los costos de producción y los impactos ambientales, además de ofrecer alimentos saludables a los consumidores. Sin embargo, la agroecología aporta mucho más que simples ventajas económicas a quienes hacen uso de sus principios rectores. Ella realmente empodera a la familia y a los grupos vinculados a su filosofía y praxis. El objetivo de este texto es presentar algunas reflexiones para demostrar que la agroecología es un importante instrumento de emancipación para las familias campesinas. Se utilizó un enfoque cualitativo, etnográfico, impulsado por más de diez años de convivencia con familias campesinas del Grupo Bem-Estar, en Ladário-MS, en la frontera Brasil-Bolivia, así como por la trayectoria de vida campesina de la investigadora. Los resultados mostraron la satisfacción territorial de las familias campesinas que practican la producción agroecológica. La agroecología demostró ser un instrumento de emancipación campesina al promover la sostenibilidad superfuerte de las familias que participaron en esta investigación y, como resultado, su empoderamiento.

Palabras clave: agricultura campesina; agroecología; desarrollo; satisfacción territorial.

INTRODUÇÃO

Os vetores tecnológicos da Revolução Verde, ao mesmo tempo em que trouxeram “facilidades” de manejo imediato da terra, também impulsionaram sua degradação e, conseqüente necessidade de novas soluções criadas pelo capital industrial. A agroecologia surge como alternativa confrontante a este ciclo vicioso e como uma forma de resistência e sobrevivência de populações camponesas. O objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões no sentido de demonstrar que a agroecologia é um importante instrumento de emancipação para as famílias camponesas.

Para as reflexões sobre o objeto deste estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas e foi utilizada a experiência de mais de 10 anos de trabalho com famílias camponesas do assentamento 72, de Ladário-MS e com assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do Brasil. As conversas com as famílias camponesas e as anotações em diários de campo no acompanhamento da produção e da comercialização de seus produtos, do arranjo de seus lotes da Reforma Agrária e de suas moradias foram fundamentais para as propostas que desejamos apresentar neste texto.

O texto é uma primeira reflexão mais profunda sobre o conceito de desenvolvimento estimulado pelas experimentações de induções de práticas agroecológicas e de aprendizado junto às famílias camponesas. Contou muito a condição camponesa vivida até os 16 anos e o frequente retorno à chácara de 27 hectares no município de Terenos, na porção central do Mato Grosso do Sul. A lida com a terra cunhou uma identidade camponesa que ajudou, sensivelmente, na conquista da confiança e do respeito recíproco com os interlocutores-chaves desta trajetória de pesquisa-ação nos assentamentos rurais. Neste sentido, o trabalho assume características de uma pesquisa com abordagem etnográfica.

Este trabalho foi organizado em três seções, além desta introdução. A primeira faz uma abordagem decolonial sobre o desenvolvimento por entender que ele é fundamental na elaboração das discussões sobre agroecologia. Marcar a proposição do olhar para a abordagem do desenvolvimento se fez necessário às reflexões que seguem sobre o entendimento da agroecologia, visto em sequência. Por fim, são apresentados argumentos empíricos da apropriação da agroecologia como instrumento da emancipação de famílias camponesas.

Percurso inicial em torno da abordagem do “desenvolvimento”

O início desta seção gerou um desconforto que foi ancorado numa pergunta de difícil resposta: como expressar aquilo que a agroecologia significa para a agricultura camponesa? Qual o termo correto a ser utilizado? A questão é que a abordagem do desenvolvimento pode não ser bem compreendida, uma vez que está imbuída de uma série de imprecisões face à sua releitura.

A depender do olhar de quem analisa, desenvolvimento pode significar a realização de um objetivo, pode ser um mito, uma palavra carregada de ideologia e utilizada como estratégia de

dominação das nações mais ricas sobre as mais pobres, um conceito *zombie* carente de ser substituído por outros mais adequados, ou um conceito em renovação que precisa ser ressignificado no contexto dos tempos atuais (AMARO, 2017).

Amaro (2017, p. 84) apresenta uma lista de 11 mitos ligados ao conceito de desenvolvimento: “economicismo, produtivismo, consumismo, industrialismo, tecnologismo, quantitativismo, antropocentrismo (individualista ou coletivista), racionalismo, urbanismo, etnocentrismo e uniformismo”. Atrela-se a esses mitos características como a origem eurocêntrica e a força do androcentrismo (dominação patriarcal).

A palavra desenvolvimento encontra-se, dessa forma, em cheque. Amaro (2017, p. 83) reúne as críticas “pós-desenvolvimentistas” do termo em três conjuntos: a) sua forte ligação ao contexto da industrialização e por ser uma expressão da dominação do capitalismo e da imposição de seu “modo de produção e modelo de sociedade”; b) o fato de trazer em seu íntimo os valores culturais e as trilhas indicadas pelo Norte e pelo Ocidente para guiar os passos das nações pobres e; c) por trazer consigo a imposição de gênero tendo a mulher como submissa.

Gudynas (2019) entende que muitas vezes às críticas pós-modernistas centram o foco no capitalismo (até mesmo no socialismo) e não nas ideias do desenvolvimento e vice-versa. Acredita na necessidade de uma visão de totalidade e propõe uma análise conjunta no formato de uma caixa de ferramentas, que incluiria as contribuições e análises pós-estruturalistas, a utilização de parâmetros mais qualitativos para medidas e valoração dos alcances socioeconômico-ambientais, os olhares para as questões de gênero, dentre outras.

Esse conjunto de críticas classificam, de forma contundente, o termo desenvolvimento como uma ferramenta da dominação colonialista ou neo-colonialista e inspira sua negação ou necessária atualização conceitual. Tanto que o mexicano Gustavo Esteva, um intelectual ligado a vários movimentos sociais e um crítico ferrenho deste conceito, escreve no parágrafo inicial de seu texto: “El desarrollo es hoyel emblema de un mito enagonía y un lema político para vender productos tóxicos” (ESTEVA, 2009, p. 1).

Desde as décadas de 1960/70, mas principalmente nas de 1980/90, surgiram várias alternativas à proposta de pensar o desenvolvimento. Adotou-se, como estratégia, a sua adjetivação como, por exemplo, em sustentável, local, participativo, humano, social e integrado. Ainda assim,

para os críticos do conceito, ao manter a palavra desenvolvimento contamina-se o termo com os três pecados capitais de sua origem: “ser capitalista, colonialista e patriarcal” (AMARO, 2017, p. 91). Sobre essa questão Latouche (2009, p. 25) escreve:

Entramos en la era de los desarrollos “en partículas” para intentar conjurar mágicamente los efectos negativos de la empresa desarrollista. Hemos visto los desarrollos “autocentrados”, “endógenos”, “participativos”, “comunitarios”, “integrados”, “auténticos”, “autónomos y populares”, “equitativos” ... por no hablar del desarrollo local, del microdesarrollo, del endodesarrollo, ¡e incluso del etnodesarrollo! Al añadirle un adjetivo al concepto de desarrollo no se pone en cuestión realmente la acumulación capitalista.

De início, as críticas sobre o conceito de desenvolvimento não propuseram uma nova terminologia. Não se pensava na negação da modernização, apesar de suas sequelas sociais e culturais, mas em formas de viver que incorporassem elementos das tradições ancestrais, ainda que não pudessem ser replicadas, na sua plenitude (RIST, 2014).

Majoritariamente, a partir do Século XXI são apresentados termos que expressam o “desenvolvimento” para as populações do Sul numa perspectiva decolonial. São marcados por rejeitar esse paradigma e sua ideologia, pela defesa da pluralidade cultural, pelas críticas ao crescimento econômico e pelo foco nas experiências e vivências em organizações de base comunitária (AMARO, 2017).

A partir das várias leituras balizadas numa epistemologia do Sul para o “desenvolvimento”, Amaro (2017, p. 94-98) apresenta denominações que vão desde o *buenvivir*, dos povos originários dos Andes até o *noflay*, dos povos autóctones senegaleses, sistematizadas, neste trabalho, no Quadro 1.

Quadro 1 – Denominações propostas como alternativas terminológicas para o desenvolvimento

Termo	Origem	Localidades	Sentido
<i>Buenvivir</i>	Expressão <i>Sumak Kawsay</i> , dos Quíchua	Destaque no Equador e Bolívia, mas também, no Peru, Argentina, Chile e Colômbia	Viver em comunhão com a <i>Pachamama</i> .
<i>Buenvivir</i>	Expressão <i>Suma Qamaña</i> , dos Aymará	Bolívia, Argentina, Chile e Peru	Vida plena, boa vida.
<i>Buenvivir</i>	Expressão <i>Teko Porã</i> , dos Guarani	Bolívia, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	Bem-viver.

<i>Buenvivir</i>	Expressão <i>Teko Kavi</i> , dos Guarani	Bolívia, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	Boa vida
Felicidade ou “Felicidade Interna Bruta”	Jigme Singye Wangchuck, Rei do Butão	Butão, Ásia	Auxiliar na medida da qualidade de vida. Articula as dimensões materiais com as imateriais (individual e coletiva) e espirituais, sob os pilares do budismo.
<i>Wellbeing</i>	Comunidades tradicionais	Índia e República da África do Sul	Bem-estar promovido pela interação entre as dimensões psicológica, material e relacional.
<i>Human flourishing</i>	Psicologia Positiva (Apreciativa)	-	Processo multidimensional, que conduz à plenitude do potencial humano, em perfeita harmonia entre indivíduo e sociedade que resulta num bem-estar coletivo.
<i>Ubuntu</i>	Expressão dos povos Xhosa	República da África do Sul	O bem-estar de uma pessoa se liga e implica no bem-estar de outra pessoa.
<i>Noflay</i>	Língua Wolof (povo autóctone)	Senegal	Bem-estar. Envolve, também, concepções da filosofia, moral e cultura como indissociáveis ao ser humano

Fonte: Amaro (2017, p. 94-98). Org. Autor, 2023.

É interessante a discussão feita por Amaro (2017) quando propõe a leitura das alternativas propostas para entender o conceito de desenvolvimento pelo somatório e não pela simples exclusão (opção pela negação de um a favor do outro). De fato, a maioria das proposições de adjetivação do desenvolvimento surgiram no Sul ou em movimentos contra hegemônicos, com motivações do tipo *bottom-up* e em bases comunitárias. Suas formulações são legítimas e reúnem elementos das várias inquietações dos diversos Sul. Posteriormente é que foram cooptadas e utilizadas pelo sistema capitalista.

Pensar o Sul como múltiplo é fundamental para dar relevo às experiências ali produzidas. Igualmente, cabe compreender que o sistema capitalista se adapta e se recria a partir de cada condição, de cada arranjo, dos diversos *milieux* elaborados pelas populações autóctones. Foi assim que o capitalismo subordinou, a si, as comunidades que viviam o despotismo Oriental, o sistema dos “campos do comandante” no continente africano e o funcionamento das populações indígenas da América, conforme retratado por Oliveira (2007). O capitalismo não destrói as relações sociais

existentes, mas as compreende e organiza para si, com grandes possibilidades de total desvirtuamento futuro das formas organizativas iniciais.

É muito possível – e neste sentido concorda-se com Amaro (2017) – que conceitos como *buenvivir*, *felicidade* e *noflay* sejam assimilados e assumidos pelos Estados e grupos empresariais transnacionais. É da lógica do sistema. Importa, mais que a denominação conceitual, os processos de resistência e de empoderamento das comunidades em favor de si mesmas. Essa foi a lógica de outros trabalhos produzidos e que retrataram iniciativas de apoio à melhoria de vida de famílias camponesas (COSTA, ZARATE e MACEDO, 2012; COSTA, 2014; COSTA, RODRIGUES e SAQUET, 2021).

Como proposta de discussão e um olhar alternativo para o conceito de desenvolvimento e, tendo em consideração as experiências vividas junto às comunidades rurais de assentamentos da Reforma Agrária, adota-se neste trabalho o conceito de satisfação territorial. A ideia implica em pensar uma organização social, localizada num dado território que, de forma coerente com as dimensões histórica, cultural, ambiental, social, econômica, política, espiritual e psicológica, satisfaz plenamente suas necessidades. Utiliza, ainda, conforme suas disponibilidades de recursos e interesse, tecnologias atuais com a mescla dos saberes ancestrais. Aproveita os recursos do território em seu favor ao tempo de suas criatividade. O sorriso aberto e a autoestima elevada são expressões da satisfação territorial e, portanto, métricas possíveis de sua avaliação.

Nesse sentido, a proposta muito se aproxima do *buenvivir*, da *felicidade* e do *noflay*, mencionados por Amaro (2017). Tanto assim, que o grupo de camponeses que passa pela transição agroecológica e é orientada pelo Núcleo de Estudos e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP) coordenado pelo autor, se chama Grupo Bem-Estar, abordado mais adiante. A diferença entre ambas está na geografia e na motivação inicial – no Grupo Bem-Estar as práticas foram provocadas a partir das interações entre a academia e as famílias camponesas, com respeito às escolhas delas; no *buenvivir*, nasceu na aspiração dos povos originários.

A satisfação leva em consideração as múltiplas dimensões do indivíduo e da coletividade. A ideia se aproxima e encontra lastro no pensamento de Amartya Sen quando associa as dimensões do indivíduo com as conquistas de liberdades (SEN, 2010). Acredita-se que é fundamental focar na satisfação econômica do grupo familiar, pois isso implica no alavancar de outras satisfações, como

social, cultural, política, ambiental e elevação da autoestima. A relação satisfatória com o ambiente, na produção camponesa, passa pela adoção de práticas agroecológicas.

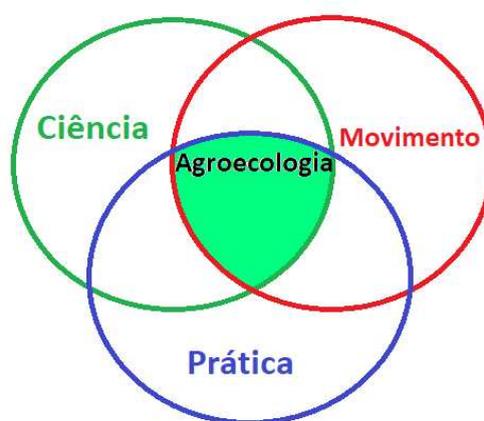
A agroecologia como promotora da satisfação territorial camponesa

Para Gliessman (2007), a agroecologia é uma ciência que produz e resgata conhecimentos sobre o funcionamento dos sistemas agrícolas praticados desde tempos remotos. Como movimento ideológico e social atua em favor da divulgação dos valores e dos propósitos dessa ciência. Como prática resulta numa produção agrícola em equilíbrio com as condições da natureza e reflete as proposições da ciência e dos movimentos relativos a ela.

A agroecologia é produzida pela associação de diversas formas de pensar e fazer. reúne as contribuições das universidades, ONGs, instituições de pesquisa e de extensão, da ciência e dos saberes populares (SILVA, BALESTRIN e BRANDENBURG, 2018).

O Núcleo de Estudos e Produção Orgânica do Pantanal (NEAP) entende que a agroecologia é resultado e, ao mesmo tempo, promotora das três formas de manifestação discutidas por Gliessman (2007). São expressões não necessariamente simultâneas e, por vezes, isoladas, mas que na visão do NEAP se localiza na intersecção dos encontros de cada uma delas (Figura 1) e se propaga enquanto ciência, para influenciar os movimentos civis/ideológicos e na direção das práticas agrícolas.

Figura 1 - A produção da agroecologia pensada pelo NEAP, Corumbá/MS, Brasil



Fonte: Elaboração própria, 2022.

A agroecologia, pensada no âmbito do NEAP, é maior do que as três formas de manifestação tratadas em Gliessman (2007). É, também, um sujeito, é viva e é dinâmica. Funciona como um elemento propositivo capaz de atrair interesses e desejos nos caminhos da produção em equilíbrio com o ambiente e, a todo tempo, impulsiona ações, formulações teóricas e movimentos. É, a um só tempo, produto e produtora de ações, de atitudes e de comportamentos na direção de um equilíbrio entre as energias produtivas e as da natureza.

Assume-se uma abordagem biocêntrica/ecocêntrica e valoriza-se elementos ligados à sensibilidade ambiental, psicológica, social e cultural nas relações com a natureza e com as pessoas, numa perspectiva que se aproxima da sustentabilidade super forte tratada por Gudynas (2010).

A agroecologia é indutora e promotora de territorialidades para diversos indivíduos, famílias e movimentos sociais que absorvem os saberes ancestrais de relações com os elementos da natureza em suas práticas de uso do solo e os mesclam com os saberes da academia. É uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que é sujeito, é, também, produto e, assim, novas concepções agroecológicas são pensadas e difundidas nos meios de comunicação mais diversos, bem como nas práticas territoriais.

A territorialidade, tratada neste texto, tem sua noção influenciada nos pensamentos de Sack (1986) e Saquet (2007, 2011). São as estratégias adotadas para se alcançar um objetivo territorial; para imposição, mesmo que aparentemente despreziosa, de uma ideologia, de uma forma de controle das ideias, com reflexos no território. Territorialidades elaboram territórios e são produtos deles. É nos territórios e a partir de territorialidades que a agroecologia se manifesta, mas, também, a partir desses que ela é reproduzida.

Essas concepções permitem acreditar que a agroecologia seja promotora da satisfação territorial camponesa e vetor de sua territorialização. Seus efeitos nos territórios rurais e para as famílias que dela se utilizam e por ela são utilizadas produzem vibrações positivas e repercutem provocando sua reprodução em vastas extensões do continente americano, em contraposição ao agronegócio. Resiste, apesar dele.

Toledo (2011) reconhece cinco polos de difusão da agroecologia na América Latina: a) o Brasil, a partir dos anos 1980, com a influência dos trabalhos de Lutzenberger e Primavesi e, posteriormente, com a difusão através dos congressos de agroecologia, a formação de escolas

técnicas e o papel fundamental do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na defesa da produção em bases agroecológicas junto a seus assentamentos; b) a região andina, notadamente no Peru, Equador e Bolívia, fortemente atrelada na cosmovisão desses povos; c) a América Central, com o movimento camponês a camponês na Guatemala, Nicarágua e Honduras; d) México, desde os anos 1970 com base nos saberes campesinos e alastrada nos movimentos comunitários pela sustentabilidade; e) Cuba, impulsionada a partir dos anos 1990, tendo em destaque os *huertos* urbanos orgânicos e o Movimento de Campesino a Campesino carreado pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP).

Esses polos possuem, em comum, o fato de associarem os saberes tradicionais com apoio técnico de instituições governamentais e não-governamentais para as produções em bases agroecológicas. As induções acontecem de inúmeras formas e o conceito de desenvolvimento utilizado não se mostra como um fator limitante, pois a maioria de suas práticas são contraditórias ao sistema capitalista e emancipadoras.

Cuba é um verdadeiro exemplo de que a agroecologia é um instrumento da emancipação camponesa. A partir de 1991, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de todo o esquema de cooperação econômica entre as experiências socialista, a agricultura cubana precisou se reinventar e encontrou a resposta na agroecologia até porque não tinha insumos químicos disponíveis para apoiar os cultivos (TOLEDO, 2011, VAL et al., 2021). A agricultura urbana e periurbana, com a ocupação de lotes vazios, ganharam força no sistema agroecológico e prosperaram com base na metodologia de campesino a campesino. Nela, as famílias visitam as propriedades que encontram alguma solução agroecológica de um problema comum. A troca de experiências fortalece os laços de companheirismo e de conhecimento entre elas. A ANAP apoia as famílias camponesas articulando-se com universidades, centros de investigação, instituições do governo e ONG (VAL et al., 2021).

O Brasil está na vanguarda dos sistemas agroecológicos de produção. O Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), com vistas a impulsionar “ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica” e marcantes preocupações com o “uso sustentável dos recursos naturais e com a oferta e consumo de alimentos saudáveis” (BRASIL, 2012).

Os grandes responsáveis pelo estímulo e indução de práticas agroecológicas junto a famílias camponesas, inclusive as ligadas ao MST, são as 24 redes e os 100 Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs), reconhecidos em 2022 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Não são apenas estes, pois vários NEAs não são cadastrados na Plataforma.

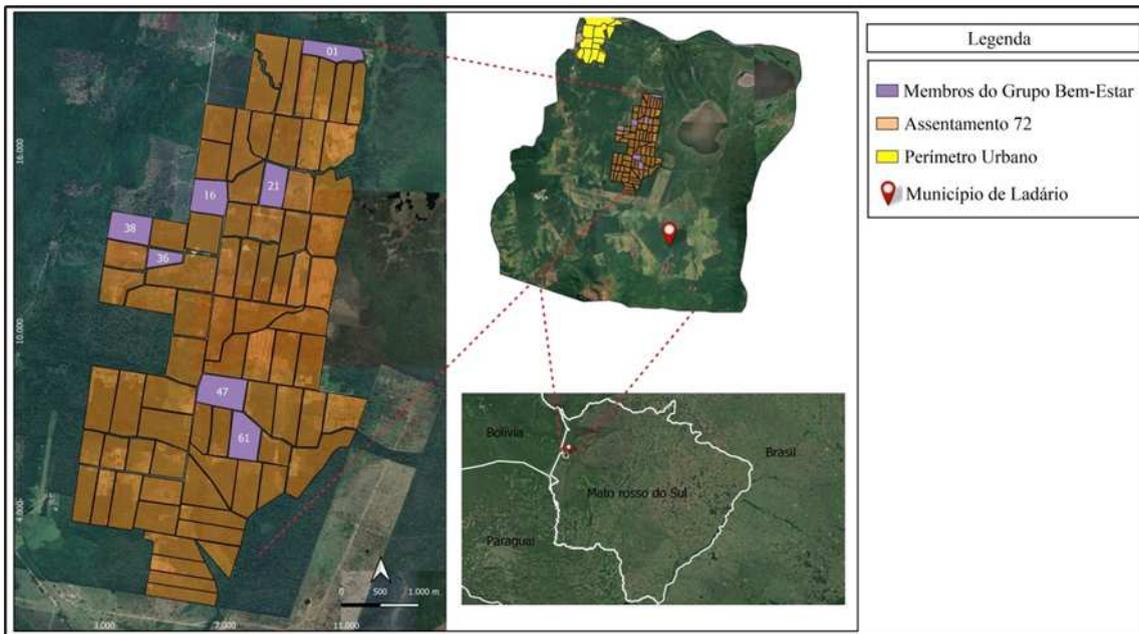
Os NEAs encontram-se, majoritariamente no seio das universidades e dos institutos federais. Atuam na produção de conhecimento científico sobre agroecologia e fazem intervenções em favor de famílias camponesas com interesse em realizar a transição agroecológica em seus cultivos (COSTA, 2021). São instrumentos da agroecologia, mas também sua promotora. Um desses NEA será motivo do relato de experiência, a seguir.

A agroecologia como instrumento da emancipação de famílias camponesas do Assentamento Rural 72, em Ladário/MS

As práticas de agroecologia foram implantadas na fronteira Brasil-Bolívia em 2011. O marco inicial foi o aceite de algumas (cerca de 20) famílias camponesas pelo aprendizado dos princípios básicos da agroecologia, tendo como parceiros pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Embrapa Pantanal, apoiados financeiramente com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para execução de projetos.

O local de leitura empírica da demonstração de que a agroecologia é promotora da emancipação camponesa é o assentamento 72, localizado entre as coordenadas 19°03' a 19°07' Latitude Sul e 57°33' a 57°36' Longitude Oeste de Greenwich, no município de Ladário, na porção Ocidental do Estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia (Figura 2). Foi criado em 25 de outubro de 1997, mas o ingresso pelas famílias camponesas se deu, apenas, em 1999, numa área de 2.341,30 ha, divididas em 85 parcelas de terra, com média de 18,5 ha, cada.

Figura 2 - Localização do Assentamento 72, Ladário, MS, Brasil, com destaque para lotes do Grupo Bem-Estar



Fonte: Arquivos NEAP, 2022.

Em 2010, o assentamento 72 encontrava-se praticamente abandonado pelas políticas públicas, em especial pela assistência técnica. Apresentava uma produção agrícola insignificante, com sérios problemas de fome e elevada evasão dos lotes da Reforma Agrária (40%). Havia um conformismo com a miséria pelos sucessivos fracassos com as tentativas e propostas de desenvolvimento do tipo *top-down* (COSTA, 2014). Neste cenário de miséria, de baixa autoestima acentuada das famílias e de descrença nas instituições de ensino e pesquisa e nas governamentais é que a agroecologia apareceu como alternativa à produção de alimentos e de territorialização.

A abordagem junto aos camponeses se deu em reunião articulada junto às presidências do sindicato dos trabalhadores rurais do município e da associação dos agricultores do assentamento. A eles foram apresentadas as possibilidades de apoio e, por consenso, escolheram a produção de hortaliças por conta do ciclo produtivo mais curto da maioria das cultivares.

Foram construídas vitrines tecnológicas (hortas modelos), buscados e ofertados cursos ligados à produção orgânica e ao manejo integrado do lote, dentre outras. A situação de pobreza extrema era a marca das condições sociais dessas famílias e os experimentos com a agroecologia se mostraram uma solução inicial muito positiva contra a insegurança alimentar (COSTA e FEIDEN, 2020).

A produção agroecológica não carece de insumos químicos, nem da intensidade do trabalho mecânico. As sementes foram compradas com recursos dos projetos de pesquisas, bem como as demais necessidades para implantação das vitrines (telas, sombrites, bandeja para produção de mudas). As várias trocas de informações, os sistemas de mutirão e a prática da metodologia camponês a camponês estimularam as memórias individuais e coletivas, somadas com as experiências técnicas da academia.

A primeira conquista foi a produção de alimentos para o grupo familiar e a venda dos excedentes para adquirir outros alimentos não produzidos no lote. Depois, a criação de um espaço na feira-livre de Ladário para comercialização de seus produtos, seguidos de campanhas publicitárias para divulgação da inovação produtiva na direção da transição agroecológica e a divulgação do projeto na televisão, com reportagem de quase 10 minutos no Programa da TV Morena (do Grupo Globo), MS Rural (COSTA, 2014). Os camponeses e as camponesas foram vistos na televisão e reconhecidos na feira. Essas práticas elevaram a autoestima das famílias camponesas que começaram, aos poucos, a demonstrar sinais de emancipação.

Os resultados positivos e o entendimento da importância da identificação do referencial produtivo estimularam a criação do Grupo Bem-Estar, em 2015. O objetivo era viabilizar a comercialização de sua produção hortícola, ainda na fase de transição agroecológica, através dos circuitos curtos de comercialização, como as feiras-livres, as feiras institucionais e as políticas públicas governamentais do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) (PERON, COSTA e ARRUDA, 2018).

Mesmo sem conhecimento das outras experiências, a ideia do nome assumido pelo Grupo tinha a mesma intenção que o conceito de *buenvivir* dos povos indígenas andinos, mencionado anteriormente. Até o início de 2023 são sete famílias participantes (Figura 2, já apresentada). Duas estão se preparando para ingressar e duas desistiram. A primeira desistiu de participar do Grupo em 2016, pois não concordou em fazer as anotações para certificação orgânica, mas continua produzindo em bases agroecológicas. A outra desistiu em 2022 pela aposentadoria e doença de um dos membros da família.

As marcas da satisfação territorial, como conceito, podem ser destacadas de três maneiras: a) na fala dos camponeses e camponesas, b) no sorriso no rosto de seus membros; c) na busca pelos seus interesses.

Em relação às falas, algumas foram muito marcantes. Uma das lideranças femininas do Grupo, quando indagada sobre a satisfação com sua produção, afirmou: “nós vendemos saúde. Vendemos as mesmas verduras que comemos. Não tem veneno” (Entrevistada em março de 2022). Outro membro do Grupo comentou, emocionado (com lágrimas nos olhos), quando indagado se a agroecologia tinha mudado sua vida:

Mudou muito. Tenho a mulher e sete filhos para dar comida. Todo dia era o maior sacrifício conseguir alguma coisa, quando acabava o dinheiro da Bolsa Família. Depois que chegou o projeto da universidade no assentamento, a gente tem comida todo dia. Já posso, até, fazer churrasco no final de semana. Coisa que nunca imaginava que conseguiria (Entrevistado em março de 2022).

O sorriso é uma expressão do bem-estar. É um sinal de que tudo está indo bem. Teve um episódio marcante na fase de capacitação das famílias camponesas para trabalhar com hortas segundo os princípios agroecológicos. Um dos camponeses se mostrava, invariavelmente, carrancudo, com semblante “fechado” e colocava todos os ensinamentos em dúvida. Dois meses após a implantação de uma horta modelo em suas terras foi visto voltando da feira-livre na sua bicicleta, assobiando e cantarolando. O sorriso no rosto ao cumprimentar os pesquisadores respondeu pelo sucesso do seu trabalho, traduzido em alimento para a família e no orgulho de ser camponês.

A incorporação dos princípios agroecológicos e os resultados imediatos nos lotes, somados aos cursos oferecidos pelas parcerias da UFMS com a Embrapa Pantanal, SEBRAE e SENAR, proporcionaram o empoderamento do Grupo. No início, até as solicitações de manutenção das estradas à Prefeitura Municipal eram feitas pelos pesquisadores. A partir desses estímulos, as famílias organizaram a associação local e passaram a exigir seus direitos. Saíram do analfabetismo e passaram a escrever suas solicitações. Ampliaram a escala de articulação territorial, como foi o caso ocorrido em 2022 das ramas de mandioca para plantar em suas terras. A forte geada ocorrida naquele ano acabou com todas as ramas que seriam guardadas para plantio. Membros do Grupo pressionaram a prefeitura para a aquisição das ramas em outros municípios e seus problemas foram solucionados.

O Grupo vai se solidificando, aos poucos. Foi da pandemia da covid-19 que emergiram novas lideranças. Filho e filha de camponeses do próprio assentamento rural, que se casaram e conquistaram o direito a um lote. Com mais estudos puderam lidar mais facilmente na organização

de sacolões agroecológicos vendidos no sistema de encomendas. Assim, vai se fortalecendo os laços da emancipação camponesa e ampliando a satisfação territorial do Grupo.

PALAVRAS FINAIS

A agroecologia é um importante instrumento de emancipação para as famílias camponesas e um caminho para sua satisfação territorial. Ela é apaixonante! As pessoas que trabalham nessa perspectiva encontram inúmeras razões para viver felizes, pois dependem muito mais das suas técnicas e dos seus conhecimentos das dinâmicas da natureza, do que do capital para o trabalho.

A experiência demonstrou o alcance, pelos camponeses, da satisfação econômica, pois estavam privados dela. A partir dessa condição, elevaram sua autoestima e passaram a fazer exigências e a alcançar conquistas sociais e políticas. O trabalho com a agroecologia impulsionou um reconhecimento junto à sociedade urbana fronteiriça e novas alternativas de geração de renda, como o turismo rural a partir da valorização das dimensões produtivas, ambiental e cultural das famílias camponesas do Grupo Bem-Estar.

A produção em bases agroecológicas deveria ser adotada como uma prática em todos os assentamentos rurais brasileiros, por ser barata, ambientalmente correta, saudável para quem produz e para quem consome os alimentos derivados dela. Existem vários atores territoriais que já atuam pela e para a agroecologia que podem ser articulados para apoio técnico. Basta o interesse governamental em adotar um modelo agroecológico para essas famílias camponesas que considere suas particularidades territorial e de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro através da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Faixa B - Grupos Consolidados, Processo: 404556/2021-3, ao projeto de pesquisa “Apoio à expansão da produção agroecológica e da certificação orgânica de agricultores familiares na fronteira Brasil-Bolívia”. À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul pelo apoio de infraestrutura, pessoal e financeiro.

REFERÊNCIAS

AMARO, R. R. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e... Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos** [online], v. 34, p. 75-111, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: Casa Civil, 2012.

COSTA, E. A. Expressões territoriais da agroecologia. **Magazín ruralidades y territorialidades**, v. 1, n. 7, p. 52-55, 2021.

COSTA, E. A. A experiência de desenvolvimento rural sustentável no assentamento 72, Ladário - MS. In: ARAUJO, A. P. C.; VARGAS, I. A. (Org.). **Dinâmicas do rural contemporâneo**. 1ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014. p. 143-162.

COSTA, A.; FEIDEN, A. Estudo de caso Big Push para a Sustentabilidade – Desdobramentos da transição agroecológica do assentamento rural 72, em Ladário/MS. In. **Repositório de casos sobre o Big Push para a Sustentabilidade no Brasil**. Brasília: Escritório no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://biblioguias.cepal.org/bigpushparaasustentabilidade>. Acesso em 16 mai. 2022.

COSTA, A.; RODRIGUES, G. H. S.; SAQUET, M. A. Aportes para o (des)envolvimento da agricultura camponesa no entorno da rota bioceânica, em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Campo.Território**, v. 16, p. 73-102, 2021.

COSTA, E. A.; ZARATE, S. S.; MACEDO, H. A. Princípios do desenvolvimento territorial no assentamento 72, em Ladário-MS, Brasil. In: SAQUET, M. A.; DANSERO, E.; CANDIOTTO, L. Z. P. (Org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas**. 1ed. São Paulo: OutrasExpressões, 2012. p. 125-146.

ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: La buena vida. **América Latina en Movimiento**, v. 445, p. 1-5, 2009.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems**. 2.ed. Boca Raton, FL: CRC Press/Taylor & Francis, 2007.

GUDYNAS, E. Postdesarrollo como crítica.(Y la caja de herramientas del análisis crítico del desarrollo). En: VELTMEYER, H. & BOWLES, P. (eds). **Guía esencial para los estudios críticos del desarrollo**. La Paz, Bolivia: CIDES UMSA, 2019. p. 83-90.

GUDYNAS, E. Desarrollo sostenible: una guía básica de conceptos y tendencias hacia otra economía. **Otra Economía**, v. IV, n. 6, p. 43-66, 2010.

LATOUCHE, S. **Sobrevivir al desarrollo**: de la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. 2.ed. Barcelona: Icaria, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PERON, V. P. S.; COSTA, E. A.; ARRUDA, J. C. C. Definição de preços de produtos agroecológicos: o caso do Grupo Bem-Estar no assentamento 72, em Ladário/MS. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 1-10, 2018.

RIST, G. **The history of development**: from Western origins to global faith. 4.ed. Londres; New York: Zed Books, 2014.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, S. A.; BALESTRIN, N. L.; BRANDENBURG, A. A agroecologia como um projeto em construção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. **Revista GeoPantanal**, v. 13, n. 24, p. 85-98, 2018.

TOLEDO, V. M. Agroecologia na América Latina: três revoluções, a mesma transformação. **Agroecologia**, v. 6, p. 37-46, 2011.

VAL, V.; ROSSET, P.; LOMELÍ, C. Z.; GIRALDO, O. F.; ROCHELEAU, D. Agroecología y la Vía Campesina I. La construcción simbólica y material de la agroecología a través de los procesos de “campesina(o) a campesina(o)”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, p. 509-530, jul./dez. 2021.